

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



### Clipping 19 a 25/07/2008

1. Instituto Ethos e Pacto pela Integridade e contra a Corrupção Empresa Limpa abraçam campanha "Ficha Limpa" (Jornal de Uberaba/MG)
2. Rabello cobra investigação de uso de poder econômico em Cuiabá (24 Horas News/MT)
3. Galindo diz que não teme pedido do MCCE para impugnar sua candidatura a vice (Só Notícias/MT)
4. Bauru coleta 3 mil assinaturas contra eleição de políticos com a ficha suja (Jornal da Cidade de Bauru/SP)
5. OAB instala Comitê de Combate a Corrupção Eleitoral (Rondoniagora.com/RO)
6. Entidades recolhem assinaturas para Campanha da Ficha Limpa na política em CG (WSCOM/PB)
7. MSCC e Comitê 9840 pedem ao MP afastamento de prefeito de Atalaia (Alagoas em Tempo Real/AL)
8. Palestra aborda lei da cassação (JCNET/SP)
9. Cartório recebe novas denúncias (Olhão.com/SP)
10. MP vai exigir que candidatos apresentem "propostas por escrito" em MT (O Documento/MT)
11. STF deve liberar "fichas sujas" (Diário do Nordeste/CE)
12. OAB, MPE e MCCE vão cobrar "compromisso moral" de candidatos (24 Horas News/MT)
13. Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral será instalado (180 graus/PI)

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - www.lei9840.org.br - e-mail lei9840@gmail.com

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



**Data publicação: 20/07/2008**

**Mídia: Jornal de Uberaba (MG)**

**!!!**

**Instituto Ethos e Pacto pela Integridade e contra a Corrupção Empresa Limpa abraçam campanha “Ficha Limpa”**

“As eleições deste ano para prefeitos e vereadores correm sério risco de dar mandato a candidatos condenados por crime comum ou de corrupção; ou ainda para aqueles que, com foro privilegiado, tenham tido denúncias acatadas por órgão judicial.

Ainda que tenhamos esperanças de que o TSE interprete a legislação eleitoral já existente de maneira a vetar a candidatura dessas pessoas, a sociedade civil e os eleitores brasileiros precisam pressionar o Congresso Nacional para que tome medidas definitivas a fim de excluir de vez da vida política os postulantes a cargos eletivos que tenham condenações de qualquer natureza.

Nesse sentido, o Instituto Ethos, ao lado de dezenas de organizações da sociedade civil e por meio do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, abraça a campanha do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) para a coleta de 1,3 milhão de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular “Ficha Limpa”, que impede a candidatura de políticos condenados pelo menos em segunda instância do sistema judicial.

O prazo para fazer valer essa mudança ainda em 2008 é curto, por isso precisamos ser rápidos e eficientes. Será necessário arrecadar as assinaturas imediatamente. Precisamos de seu engajamento nesta corrente contra a corrupção e contamos com isso”, finaliza Ricardo Young.

[Confira a matéria aqui](#)

---

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJF  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

**Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral**

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - www.lei9840.org.br - e-mail lei9840@gmail.com

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



**Data publicação: 22/07/2008**

**Mídia: 24 Horas Nwes (MT)**

**!**

### **Rabello cobra investigação de uso de poder econômico em Cuiabá**

Valdemir Roberto

O radialista Walter Rabello, candidato a prefeito pela coligação PP-DEM, alertou as autoridades – e em especial o Ministério Público Eleitoral – para o uso do poder econômico nas eleições de Cuiabá. Segundo ele, o expediente está sendo usado “de forma descarada e deslavada” e que, portanto, merece ser fiscalizado. Preferiu não fazer ataques diretos ao prefeito Wilson Santos, candidato do PSDB a reeleição, e tampouco o governador Blairo Maggi, que apóia abertamente a candidatura do empresário Mauro Mandes, do PR. “O poder econômico é o meu maior adversário” – disse.

O candidato do PP está convicto de que deverá ter bom desempenho eleitoral se as estruturas judiciárias funcionarem adequadamente contra o abuso de poder econômico. O prefeito Wilson Santos, por exemplo, tem dezenas de processos julgados e condenados por uso ilegal da máquina pública, ao promover propaganda eleitoral extemporânea. Mauro Mendes também já foi condenado nesse sentido.

O alerta de Walter Rabello serviu, por outro lado, como uma espécie de “cutucada” ao próprio Ministério Público, de quem é, certamente, a maior vítima. Rabello perdeu a condição de deputado estadual, cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral, em ação proposta pelo MPE pelo fato de ter trocado o PMDB pelo PP. O PMDB não requereu a vaga. Tanto que o partido hoje é seu aliado eleitoral. O MPE também foi um dos que mais atacaram seu estilo de apresentar o programa de TV, primeiro no SBT e agora na RecordNews.

“Temos recebido informações que estão usando. E o povo está sendo usado. Estão usando a máquina pública” – disse. Ele ressaltou que várias denúncias já foram entregues ao Ministério Público. “Eles são o agente fiscalizador. Se não quiserem ver, fazer o que?” – disse, resignado.

Rabello garantiu, por outro lado, que está preparado fisicamente para a eleição. O apoio explicitado pelo senador Jaime Campos foi estimulante e que pretende realizar eventos eleitorais até quatro vezes por dia. Em suma, pretende ser uma máquina pedindo votos. Ele disse que a campanha o faz revigorado e reabastecido com a ação popular.

O candidato da aliança PP-DEM-PMDB não escondeu, por outro lado, tristeza com o que chamou de “plantações” sobre sua eventual desistência do processo eleitoral. Ele informou que está preparando uma carta que pretende entregar pessoalmente à população de Cuiabá, explicando e revelando os motivos que levaram a tanta perseguição política. “Estou firme no processo eleitoral” – garantiu.

Walter rebateu as acusações do PT de que estaria se beneficiando com shows que realiza em vários pontos da cidade para captar votos para a sua campanha. A decisão da Justiça Eleitoral e do Ministério Público, que o permitiu se manter como cantor em shows ao lado de Odair Júnior, seu parceiro, foi comemorada. “Ninguém pode impedir uma pessoa de trabalhar, até porque existe uma agenda a ser cumprida, músicos, banda, o meu parceiro. Era um absurdo o que o PT queria fazer. Eles queriam impedir alguém de trabalhar. Felizmente foi feita justiça”, conclui.

[Confira a matéria aqui](#)

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

**Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral**

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - www.lei9840.org.br - e-mail lei9840@gmail.com

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



Data publicação: 22/07/2008

Mídia: Só Notícias (MT)

### !!!

#### Galindo diz que não teme pedido do MCCE para impugnar sua candidatura a vice

Respeito e admiro o trabalho que o MCCE realiza, mas o que me preocupa é que eles (os líderes do movimento) estão fugindo da essência, que é combater a corrupção. No meu caso, as ações movidas são por supostos ato de improbidade, mas não houve caso de corrupção nem de desvio de recurso público. As decisões judiciais que tenho em minhas mãos me inocentam. Caso contrário, eu nem aceitaria a convocação feita pelos partidos que integram a aliança da base do prefeito Wilson Santos (PSDB)".

A declaração, em tom de desabafo, foi feita pelo candidato a vice-prefeito na chapa Dante Martins de Oliveira e deputado estadual, Chico Galindo (PTB), para o Olhar Direto, ao irrelevar e lamentar a iniciativa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que na manhã de hoje pediu a impugnação do registro de candidatura do petebista.

Além de Galindo, o MCCE pediu a impugnação dos registros de candidatura do prefeito de Várzea Grande, Murilo Domingos, e do vice-prefeito daquele município, Nico Baracat, que disputam o cargo de prefeito Várzea Grande.

O movimento argumenta que Galindo responde a uma série de processos que tramitariam na Justiça em São Paulo por improbidade administrativa. Na mesma representação, o MCCE pede a retirada de outdoors, expostos na capital, nos quais aparece a fotografia do ex-governador Dante de Oliveira. A coligação de Santos tem o mesmo nome, o que pode caracterizar propaganda subliminar.

"Não temo nenhum tipo de ação nesse sentido porque, numa avaliação simplista e prática, o bom senso vai prevalecer. Se houver Justiça, o pedido não vai prosperar. Repito: confio no bom senso do Ministério Público e dos magistrados que compõem a corte eleitoral de Mato Grosso", pondera Galindo.

Fonte: Olhar Direto

[Confira a matéria aqui](#)

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - www.lei9840.org.br - e-mail lei9840@gmail.com

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



**Data publicação: 22/07/2008**

**Mídia: Jornal da Cidade de Bauru (SP)**

**!!!**

### **Bauru coleta 3 mil assinaturas contra eleição de políticos com a ficha suja**

Luciana La Fortezza

Cerca de três mil católicos de Bauru aderiram ao projeto de lei de iniciativa popular em que se pretende criar novos casos de inelegibilidade no País. A idéia é impedir de participarem de eleições os agentes públicos condenados com ações ainda em fase de recursos, denunciados por crime ou os que renunciaram a seus mandatos para não serem cassados.

As assinaturas foram coletadas nas paróquias no início de junho. O objetivo era entregá-las até o final do mês passado ao comitê de Brasília do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Mas por conta de mudanças nos planos, o prazo foi prorrogado e algumas comunidades locais ainda estão em processo de coleta de nomes na cidade. A informação foi confirmada pelo presidente do Conselho de Leigos da Diocese de Bauru, Luiz Vítório Orti.

“Qual o grande fator dificultador desse abaixo-assinado? Precisa do número do título de eleitor, da seção e da zona eleitoral”, comenta. Muitos fiéis esquecem o documento ao participarem da missa. Quem se lembrou, demonstrou esforço na tentativa de alterar a lei complementar número 64, de 18 de maio de 1990.

Ela estabelece casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. “Mas o projeto de iniciativa popular amplia o prazo. A lei eleitoral prevê inelegibilidade por três anos, o que dá margem ao candidato se apresentar na eleição seguinte. Essa proposta prevê oito anos”, acrescenta Carmen Cecília de Souza Amaral, integrante da Pastoral de Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo.

De acordo com Carmen Cecília, o objetivo é conseguir cerca de 1,5 milhão de assinaturas para enviar o projeto de lei à Câmara Federal. Por enquanto, não se sabe quantas assinaturas foram obtidas porque a greve do Correios teria impedido a entrega de alguns abaixo-assinados.

“O projeto de lei ainda não entrou no Congresso oficialmente. Se a gente conseguir essas assinaturas e com o auxílio da imprensa, a expectativa é que seja feita uma pressão muito grande e que ela seja aprovada rapidamente, se possível para esse pleito ainda”, comenta. Para tanto, bateram às portas inclusive do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde a proposta foi apresentada, conforme o JC já divulgou.

A medida foi necessária porque Tribunal decidiu que somente os candidatos que tenham sido condenados em última instância, sem possibilidade de recurso, podem ser impedidos de disputar o pleito. Outras informações podem ser obtidas pelo site [www.lei984.org.br/projetodelei.htm](http://www.lei984.org.br/projetodelei.htm)

[Confira a matéria aqui](#)

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

**Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral**

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - [www.lei9840.org.br](http://www.lei9840.org.br) - e-mail [lei9840@gmail.com](mailto:lei9840@gmail.com)

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



Data publicação: 21/07/2008

Mídia: Rondoniagora.com (RO)

!!!

### OAB instala Comitê de Combate a Corrupção Eleitoral

Visando combater a corrupção eleitoral e alertar ao eleitor quanto à importância do voto consciente, a Seccional Rondônia da Ordem dos Advogados do Brasil e a Arquidiocese de Porto Velho, em parceria com outras entidades de classe da sociedade civil, vão instalar em todo Estado o 'Comitê de Combate a Corrupção Eleitoral'.

O comitê, que é a versão regional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – encabeçado pela OAB nacional e pela CNBB, será responsável pela realização de palestras e debates em escolas e em entidades representativas da sociedade civil organizada alertando para a importância do voto consciente e divulgando o lema voto 'não tem preço, tem consequência'.

O presidente da Seccional Rondônia da Ordem dos Advogados do Brasil, advogado Hélio Vieira, explica que a campanha tem por meta estabelecer debate com a sociedade organizada, os candidatos e seus dirigentes partidários e a população em geral sobre a importância da ética na política.

Fortalecer a democracia

Ao entregar o convite para o lançamento do comitê, dia 18 de agosto, o presidente da OAB ouviu do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, que a campanha é da maior importância para o fortalecimento do processo democrático. "Esse trabalho vem somar que as ações desenvolvidas pela Justiça Eleitoral, como o patrulha eleitoral, eleitor do futuro, entre outros, que também contam com apoio da OAB", disse o desembargador.

Nos próximos dias o Comitê deve se reunir com os candidatos para propor a assinatura de um termo de compromisso contra a compra de voto, o abuso de poder e todo e qualquer tipo de corrupção.

Para que a campanha alcance todos níveis sociais, em Rondônia, a direção da OAB está orientado as subseções para que cada uma instale o seu comitê. Segundo o presidente da Seccional, a campanha contra a corrupção eleitoral reafirma a disposição dos advogados de estar à frente da sociedade civil lutando em prol da manutenção da ética na política para o fortalecimento do estado democrático de direito.

[Confira a matéria aqui](#)

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - www.lei9840.org.br - e-mail lei9840@gmail.com

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



Data publicação: 21/07/2008

Mídia: WSCOM (PB)

!!!

### Entidades recolhem assinaturas para Campanha da Ficha Limpa na política em CG

Everaldo Ricardo com assessoria

Diversas entidades, instituições e organização não-governamentais (ong's) que formam o "Comitê 9.840", iniciaram nesta segunda-feira, 21, na praça da Bandeira, em Campina Grande uma Campanha de coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular em que se pretende criar novos casos de inelegibilidade.

A Campanha está acontecendo em todo o Brasil é encabeçada pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Em Campina Grande haverá outros diversos pontos de coletas de assinaturas como o Secretariado Diocesano, as sedes da OAB e do Centrac, por exemplo. O Comitê funciona na sede do CENTRAC localizada à Rua Rodrigues Alves, 672, no Bairro da Prata. Para participar basta ir até um dos locais de coleta de assinaturas com o título de eleitor.

O objetivo do Projeto de Lei é impedir a candidatura de políticos condenados por crimes graves. O Projeto de Lei defende que haja uma condenação criminal por improbidade administrativa para que ocorra a inelegibilidade.

O nome "Comitê 9.840" se refere ao número da Lei aprovada em 1999, que tornou possível a cassação, até o presente momento, de mais de 600 políticos por compra de votos e uso eleitoral da máquina administrativa. Foi a primeira vez que a sociedade brasileira apresentou e viu aprovado um projeto de lei de iniciativa popular em que se concedia à Justiça Eleitoral poderes mais amplos para aplicar punições aos que praticam atos de corrupção eleitoral.

[Confira a matéria aqui](#)

---

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - www.lei9840.org.br - e-mail lei9840@gmail.com

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



**Data publicação: 21/07/2008**

**Mídia: Alagoas em Tempo Real (AL)**

**!!!**

MSCC e Comitê 9840 pedem ao MP afastamento de prefeito de Atalaia por Teresa Cristina

O Movimento Social contra a Corrupção e a Criminalidade (MSCC) e o Comitê 9840 entraram, na última sexta-feira (19), com um pedido de afastamento do prefeito de Atalaia, Chico Vigário, junto ao Ministério Público Estadual. A decisão de solicitar que o gestor seja afastado do seu cargo surgiu depois que notas fiscais superfaturadas e falsas foram descobertas.

A denúncia formulada pelo advogado Adriano Argolo, como representante do MSCC e do Comitê, aponta que o prefeito está cometendo atos de improbidade administrativa. Além do afastamento, é solicitada também a impugnação da candidatura de Chico Vigário para as próximas eleições.

Segundo Argolo, várias notas fiscais irregulares foram emitidas pela Prefeitura de Atalaia. Uma delas, das mais gritantes, refere-se ao pagamento de uma banda pela realização de um show na cidade. O cachê cobrado pelo grupo é de R\$ 5 mil; no entanto, a nota da administração municipal estampa o valor de R\$ 59 mil, o que representa um superfaturamento de quase 900%. Além disso, a nota emitida em fevereiro deste ano possui a data de 2007. "São inúmeras irregularidades, entre elas, notas fiscais de empresas fantasmas, empresas que não poderiam ser contratadas pela Prefeitura por estarem com irregularidades junto à Receita Federal, notas superfaturadas e fragmentação de licitações. Os problemas com as empresas são de naturezas fiscal, cadastral, financeira e de idoneidade", colocou o advogado.

Argolo disse que 11 empresas foram contratadas sem licitação para prestar serviços ou fornecer materiais para a Prefeitura de Atalaia. As notas emitidas de forma irregular referem-se a pagamentos para grupos musicais, locação de veículos usados pelo poder público municipal e aquisição de material para os mais diversos setores da Prefeitura. "Há uma contaminação de improbidade administrativa nessa gestão municipal. Por isso, estamos pedindo o afastamento do prefeito Chico Vigário. Temos todas as notas, temos também fotos que comprovam que muitas das empresas não existem nos endereços fornecidos nas notas. Todo esse material só comprova as nossas denúncias", disse Argolo, que é um dos coordenadores do Comitê 9840. A análise das notas fiscais foi feita por uma comissão de contadores e o resultado deverá ser analisado pelo Ministério Público.

### **Compra de voto**

Antônio Fernando da Silva, o Fernando "CPI", também do Comitê, disse que Chico Vigário se elegeu comprando voto do eleitorado de Atalaia. Ele disse que o político tem um "passado negro" e o povo do município está sofrendo as consequências dessa má administração.

"Todo mundo sabe como ele chegou ao poder, que foi com a compra de voto. Por isso, agora estamos engajados nessa missão para que ele seja afastado. Estamos munindo o MP de várias provas que sustentam o nosso pedido. A população tem que estar atenta a esses maus gestores porque temos uma eleição daqui a pouco. Nós estamos fazendo a nossa parte", disse "CPI".

[Confira a matéria aqui](#)

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

**Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral**

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - www.lei9840.org.br - e-mail lei9840@gmail.com

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



Data publicação: 22/07/2008

Mídia: JCNET (SP)

!

### Palestra aborda lei da cassação

Da Redação/Com Luciana La Fortezza

O comitê de Bauru do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) realiza nesta quinta-feira, às 20h, palestra sobre a lei número 9.840. Ela foi aprovada em 1999 e tornou possível a cassação, até o presente momento, de mais de 600 políticos por compra de votos e uso eleitoral da máquina administrativa.

Segundo o site do movimento, foi a primeira vez que a sociedade brasileira apresentou e viu aprovado um projeto de lei de iniciativa popular em que se concedia à Justiça Eleitoral poderes mais amplos para aplicar punições aos que praticam atos de corrupção eleitoral.

Para discorrer sobre a lei, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)/ Bauru, Caio Augusto dos Santos, o coordenador da Comissão de Direito Eleitoral da OAB, Fábio Francisco Ferreira Bento, e o coordenador da Comissão de Direitos Humanos, também da ordem, Gilberto Truíjo, abordarão temas como ética, combate à corrupção eleitoral e relação dos direitos humanos.

O evento será na Paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus (entrada pela quadra 9 da rua 15 de Novembro). "O abaixo-assinado tem a finalidade de melhorar essa lei, número 9.840", conclui o presidente do Conselho de Leigos da Diocese de Bauru, Luiz Vitorio Orti.

[Confira a matéria aqui](#)

---

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - www.lei9840.org.br - e-mail lei9840@gmail.com

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



**Data publicação: 24/07/2008**

**Mídia: Olhão.com (SP)**

**!!!**

### **Cartório recebe novas denúncias**

por Renata Moreira

Placas da Prefeitura contendo propaganda de obras públicas suscitaria favorecimento ao candidato petista e motiva ação

A Prefeitura de Guarulhos foi denunciada ontem à Justiça Eleitoral por conta de diversas placas de obras espalhadas pela cidade, com informações que podem caracterizar propaganda subliminar em favor do candidato petista Sebastião Almeida. A petição foi protocolada pelo psicólogo Marlon Lélis de Oliveira, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Foram denunciados também a candidata à Prefeitura Adriana Afonso, do PMDB, o vereador Eraldo Souza (PSB), que tenta a reeleição, e Eduardo Soltur, do PV, que espera retornar à Câmara Municipal. A barraca instalada em espaço público gerou a denúncia contra a candidata peemedebista. A tenda, que se transformou numa espécie de gabinete da vereadora, funciona na calçada da avenida Tiradentes com rua João Gonçalves, em frente à Câmara.

O nome de Eraldo estampa um muro localizado na rua Felipe Jorge Hadad, ao lado de uma advertência sobre a proibição de se jogar lixo no local.

Eduardo Soltur, ex-vereador e deputado estadual também foi denunciado por propaganda eleitoral irregular.

Contando com as petições da semana passada, o MCCE já protocolou oito denúncias no Cartório da 279ª Zona Eleitoral, sendo seis contra candidaturas proporcionais.

Segundo Lélis, o Comitê 9840 vem recebendo uma média de dez consultas diárias sobre legislação eleitoral. Há dúvidas sobre a forma correta de lidar com o comitê financeiro e, principalmente, em relação à propaganda permitida.

O MCCE promove no próximo dia 1º de agosto uma palestra sobre prestação de contas de campanha. A juíza Márcia Blanes, responsável por este tema na Zona 176ª, foi convidada a participar do evento, cujo nome é Legislação Comentada.

O debate será na sede da OAB, que fica na rua Luiz Faccini, 394, no Centro, às 17h30.

[Confira a matéria aqui](#)

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

**Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral**

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - www.lei9840.org.br - e-mail lei9840@gmail.com

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



Data publicação: 24/07/2008

Mídia: O Documento (MT)

!!

### MP vai exigir que candidatos apresentem "propostas por escrito" em MT

O procurador geral de Justiça, Paulo Roberto Jorge do Prado, recebeu nesta quarta-feira (23) uma comissão de advogados liderados pelo presidente da OABMT, Francisco Anis Faiad juntamente com o coordenador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) Antônio Cavalcanti Filho, o Ceará.

A visita foi com objetivo de fortalecer a parceria das instituições no processo eleitoral, quando ficou acertado entre as partes que seria encaminhado um documento conjunto a todos os partidos políticos para que os candidatos a prefeito e vereador de Mato Grosso apresentem nos próximos 30 dias suas propostas estratégicas, principalmente nas áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente, cidadania e social.

[Confira a matéria aqui](#)

---

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - www.lei9840.org.br - e-mail lei9840@gmail.com

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



**Data publicação: 25/07/2008**

**Mídia: Diário do Nordeste (CE)**

**!!**

### **STF deve liberar 'fichas sujas'**

Apesar de serem contrários às candidaturas de políticos com ficha suja, os ministros acham perigoso impedir registros

Brasília. O STF (Supremo Tribunal Federal) caminha para rejeitar a ação da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) que torna inelegíveis candidatos condenados pela Justiça em qualquer instância, mesmo que os processos não tenham sido julgados em definitivo.

A proibição de candidaturas de políticos com 'ficha suja' divide os ministros do tribunal, mas a expectativa na Suprema Corte é que a maioria dos seus integrantes se coloque contra a ação da AMB - que deve entrar na pauta de julgamento do plenário no dia 6 de agosto.

Entre os ministros, deve prevalecer o consenso de que seria 'perigoso' impedir o registro de candidatos com a 'ficha suja' sem que os processos não tenham sido julgados em todas as instâncias. O presidente do STF Gilmar Mendes, já se colocou publicamente contra a mudança. O relator da ação no STF, ministro Celso de Mello, deve recomendar a rejeição do pedido da AMB com o argumento de que os candidatos não podem ser impedidos de disputar as eleições se responderem a processos que não forem julgados definitivamente.

Embora os ministros sejam contrários à candidatura de políticos com 'ficha suja', a maioria avalia que a Justiça Eleitoral deve limitar as candidaturas somente daqueles já condenados em definitivo.

A ação da AMB questiona dispositivo da Lei de Inelegibilidades e o entendimento do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) de que apenas a condenação definitiva, no exame da vida pregressa dos candidatos, pode ser levada em conta para negar registros.

A AMB pede, na ação, a concessão de liminar para determinar a todos os juízes eleitorais que observem nos julgamentos dos registros ações contra candidatos com a 'ficha suja'. Para a associação, após a emenda constitucional de revisão 04/94, alguns dispositivos da lei deixaram de ser compatíveis com a Constituição.

Assim como na Suprema Corte, no Congresso Nacional também há uma divisão entre os parlamentares sobre a inelegibilidade de candidatos com 'ficha suja' sem que os processos tenham sido julgados em todas as instâncias. A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado já aprovou o projeto que torna inelegíveis candidatos com 'ficha suja' na Justiça, mas os parlamentares adiaram a votação da matéria para o segundo semestre diante de resistências ao tema.

### **SÓ SOBRA UM - Procuradora quer impugnar candidatos**

Teresina. A procuradora da 1ª Zona Eleitoral de Teresina, Leida Diniz, pediu a impugnação das candidaturas de todos os postulantes à Prefeitura da capital, menos a de Ismar Tavares (PCB). Foram incluídos na lista suja 40 candidatos ao todo em Teresina, sendo cinco à Prefeitura, dois candidatos a vice-prefeito e 33 candidatos a vereador.

Ismar Tavares, considerado a 'ovelha branca' nesse caso, aparece entre os últimos colocados, com pouquíssimas chances de bater o atual prefeito Silvio Mendes (PSDB), que tem como principal adversário deputado Nazareno Fonteles (PT). Os dois estão com pedido de impugnação das candidaturas. Levantamento parcial feito pelo TRE/PI nos Cartórios Eleitorais de Teresina e do interior mostra que os juízes eleitorais receberam até hoje, último prazo para isso, 290 pedidos de impugnação.

[Confira a matéria aqui](#)

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

**Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral**

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - [www.lei9840.org.br](http://www.lei9840.org.br) - e-mail [lei9840@gmail.com](mailto:lei9840@gmail.com)

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



**Data publicação: 24/07/2008**

**Mídia: 24 Horas News (MT)**

**!!!**

### **OAB, MPE e MCCE vão cobrar "compromisso moral" de candidatos**

Endurecer o combate a corrupção eleitoral em Mato Grosso e cobrar dos candidatos a prefeitos e vereadores a divulgação de documentos – cartas abertas, por exemplo – como prova de compromissos moral e político que estão assumindo publicamente com os eleitores – estes são os dois principais itens do pacto que o Ministério Público Estadual, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral começaram a ajustar na última quarta-feira (23) para nivelar, "por cima", a campanha eleitoral deste ano. Com o endurecimento do jogo, as três instituições pretendem construir, já a partir do pleito de outubro próximo, um ambiente de tolerância zero contra a corrupção e falcaturas praticadas, muitas vezes de forma descarada e acintosa, por políticos durante as campanhas eleitorais.

A proposta do pacto surgiu durante uma reunião na Procuradoria Geral do Estado entre o procurador geral da Justiça, Paulo Prado; o presidente da OAB em Mato Grosso, Francisco Faiad e o coordenador estadual do MCCE, Antonio Cavalcante Filho, o Ceará. Acompanhado de Ceará, Faiad tinha ido a Procuradoria Geral do Estado para manifestar ao procurador Paulo Prado a preocupação da OAB e do MCCE sobre o excessivo rigor dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) que o Ministério Público Eleitoral vem impondo a partidos e candidatos, com o objetivo de garantir que as próximas eleições sejam limpas e transparentes. Faiad reiterou que a OAB apóia a fiscalização rigorosa do pleito, mas não vai aceitar, de forma alguma, que o MPE engesse a eleição através de TACs, como está acontecendo em alguns municípios.

Foram citados na reunião dois casos – os de Campo Verde e de Peixoto de Azevedo – inclusive denunciados por advogados, que sustentam que os interesses políticos de seus clientes candidatos estão sendo prejudicados por causa da rigidez das regras dos TACs, impostas sob ameaça pelo MPE. Em Peixoto de Azevedo, por exemplo, os TACs proíbe até a utilização de cartazes e de sistemas de som para difusão de candidaturas. Paulo Prado, admitiu o endurecimento das regras, mas ressaltou que os partidos pequenos são favoráveis aos TACs que estão sendo assinados para vigorar nas eleições deste ano, pois garantem a igualdade da campanha.

Na ocasião, Faiad queixou-se também a Paulo Prado sobre as dificuldades que a OAB sempre enfrentou dentro do Ministério Público do Estado para cumprir seu papel de guardião da democracia durante campanhas políticas. Conforme Faiad, a OAB sempre fez denúncias sobre corrupção eleitoral ao MPE, mas nunca recebeu respostas. Ele lembrou também que denúncias feitas pela OAB e o MCCE à Polícia Federal e à Polícia Militar jamais foram investigadas. "Quando eles chegavam aos locais onde havia evidentes provas de prática de corrupção eleitoral, como promoções com fins eleitorais, o pessoal já tinha ido embora, sem deixar vestígios que pudessem caracterizar um flagrante" - afirmou Faiad.

Com o acordo ajustado entre MPE, OAB e MCCE, nos próximos dias Faiad, Paulo Prado e Ceará voltam a se reunir para formatar a questão da cobrança de compromissos dos candidatos. Uma das propostas surgidas na reunião na PGE é desafiar o candidato a prefeito a apresentar na sua carta aberta à população um planejamento estratégico do seu plano de trabalho em quatro anos, com ênfase em cinco prioridades básicas para a população: saúde, educação, cultura, segurança e meio ambiente. "Como é que um prefeito vai administrar um município se não tem sequer um planejamento estratégico?" – questiona Paulo Prado. As três instituições vão dar um prazo de 30 dias, a partir da formatação da proposta, para os candidatos apresentarem ao eleitorado o plano de governo e mostrarem publicamente que estão, de fato, comprometidos com a população cujos votos pleiteiam.

[Confira a matéria aqui](#)

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

**Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral**

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - www.lei9840.org.br - e-mail lei9840@gmail.com

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



**Data publicação: 25/07/2008**

**Mídia: 180 graus (PI)**

**!!!**

### **Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral será instalado**

O comitê irá funcionar no Centro Pastoral Paulo VI e será inaugurado terça, de 9h às 11h

Entidades que formam o Comitê Estadual de Combate à Corrupção Eleitoral promoverão na próxima terça-feira, 29, a instalação do comitê que irá funcionar no Centro Pastoral Paulo VI. O evento acontece no auditório do Paulo VI no horário de 09 às 11h.

O objetivo principal do comitê é divulgar a campanha de combate à corrupção eleitoral que vem sendo promovida em todo o país através do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) que conta com um Comitê Nacional composto por 35 entidades, cuja função é acompanhar a criação e a manutenção dos trabalhos dos Comitês Estaduais.

Com sede em Brasília, o Comitê Nacional é quem acompanha de perto a atuação do [Tribunal Superior Eleitoral](#) e mantém contato com os responsáveis pela adoção de medidas que favoreçam a lisura do [processo eleitoral](#) em todo o Brasil.

De acordo com Hortência Mendes, representante da Cáritas Regional do Piauí no comitê Estadual, é muito importante a existência de um comitê no Estado para articulação das atividades de combate à corrupção eleitoral e explica que ele terá três objetivos principais.

"O primeiro objetivo do comitê é divulgar a lei de combate à corrupção eleitoral, lei 9840. Segundo, é divulgar a campanha de coletas de assinaturas da emenda à Lei 9840, que trata da vida pregressa de candidatos e candidatas e terceiro, aglutinar as informações que chegam dos municípios", explica.

O Comitê Estadual é formado pelas seguintes organizações: Cáritas Regional do Piauí, CNBB NE IV, CPT, Serviço Pastoral do Migrante, Fórum de Convivência com o Semi-árido, Conselho Tutelar I de Teresina, Conselho Nacional do Laicato Brasileiro e Comissão Missionária Diocesana – COMIDE.

No Piauí, alguns municípios estão retomando os trabalhos de atuação dos comitês municipais, como as cidades de Parnaíba, São Raimundo Nonato, José de Freitas e Picos.

"Com a instalação do Comitê Estadual estaremos acompanhando como os comitês municipais estão atuando, pois, até o momento, sabemos, apenas que, em alguns municípios a campanha de combate à corrupção está sendo feita através de várias entidades como Igreja, sindicatos, mas precisamos sistematizar essas atividades e enviá-las ao comitê nacional", diz Hortência.

A próxima atividade do Comitê Estadual é uma panfletagem e coleta de assinaturas da emenda à Lei 9840, que acontecerá no próximo dia 30, de 07 às 11h, na avenida Frei Serafim.

Com o Projeto de Lei, ficam inelegíveis os que forem condenados em primeira ou única instância ou tiverem contra si denúncia recebida por órgão judicial colegiado em razão de crimes graves, além de parlamentares que renunciarem ao mandato para fugir de cassação.

"A nossa preocupação é orientar a população. É necessário que as pessoas conheçam a lei e saibam quem são os corruptos que querem se dar bem nessas eleições. Ao mesmo tempo, se a lei for aprovada estaremos fiscalizando seu cumprimento, suscitando que o Tribunal Regional Eleitoral (TER) investigue os partidos porque essa emenda é um avanço de que vamos decidir se pessoas corruptas, assassinas, criminosas e que tiverem problemas sérios com a lei, serão punidas", enfatiza Hortência Mendes.

[Confira a matéria aqui](#)

Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

**Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral**

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - [www.lei9840.org.br](http://www.lei9840.org.br) - e-mail [lei9840@gmail.com](mailto:lei9840@gmail.com)

# MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

## VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS!



Abong •Abramppe •Ajufe •AMB •Ampasa •AJD •Conamp •APCF •ANPR •Cáritas Brasileira •CUT •CBJP  
CFC •Conam •CNTE •Contag •CNBB •Confea •CFF •Coffito •Conic •CNS •Conter •Criscor •Fenafisco  
Fenaj •Ibase •Inesc •IFC •Instituto Ethos •MPD •OAB •Rits •Unafisco Sindical •Unasus •Voto Consciente

Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

SAS, Quadra 05, Lote 02, Bloco N, Ed. anexo OAB, 1º andar, CEP:70438-900 - (61)2193-9746 - [www.lei9840.org.br](http://www.lei9840.org.br) - e-mail [lei9840@gmail.com](mailto:lei9840@gmail.com)